

A PESQUISA DE CAMPO COM MILITARES:

algumas questões metodológicas (*)

Piero de Camargo Leirner

Em um recente livro, Peirano (1995) reúne ensaios escritos entre 1991 e 1994, mas atualizados para uma mesma discussão, cujo objetivo maior seria a defesa da etnografia como instrumento de investigação antropológica. A partir de uma polêmica com o cientista político Fábio Wanderley Reis, ela aproveita para fazer um balanço geral sobre o peso da pesquisa de campo e da leitura etnográfica na disciplina antropológica, incluindo-se aí tendências tanto locais quanto globais. Aproveitando as diferenças epistemológicas entre as duas disciplinas, Peirano também realiza um balanço da Antropologia enfatizando seus procedimentos de pesquisa e exposição de resultados. É no "rastros" deixado por esse debate que pretendemos nos inserir, aproveitando uma investigação que colocou lado a lado a pesquisa etnográfica e um objeto tradicionalmente abordado por cientistas políticos: os militares.

Desde os anos 80 foram raras as publicações nacionais que versaram sobre procedimentos de pesquisa de campo e escrita etnográfica em moldes tradicionais, no sentido exclusivo da exploração de técnicas de abordagem e sua relação com a descrição etnográfica. O estilo "*A Aventura Antropológica*", (1) que tem na equação nós/outros o ponto de partida da investigação etnográfica que gera os discursos dos procedimentos de pesquisa e conhecimento, parece ter chegado a um certo esgotamento em fins desta década, (2) quando, a partir daí, ouviu-se muito sobre a "crise" dos paradigmas na Antropologia. Os "velhos" termos em que se colocavam a "observação participante", "participação observante" ou métodos de investigação afins foram remodelados e, de certa maneira, perderam seu papel de protagonistas, pois a eles foram sobrepostas outras questões de primeira ordem que se situam no campo da "legitimidade" ou da "autoridade" do pesquisador, do processo de escrita e da pesquisa etnográfica, em "*observers observed*" - para utilizar a expressão de Stocking Jr. (1983). Nesse contexto, Peirano aproveita sua polêmica para retomar aquele tipo de tradição antropológica.

Constitui para nós um fato de especial interesse a polêmica com um cientista político. Não é nossa intenção nem resenhar o livro nem discutir os rumos da Antropologia, bastando por ora situar em que termos ocorreu o debate. Surgido na reunião da ANPOCS de 1988, com a apresentação de um trabalho de Reis, afirmou-se primeiramente que havia uma "certa inspiração 'antropológica' nos trabalhos pouco sofisticados das ciências sociais brasileiras" (Peirano, 1995, p. 13), que, segundo ele, teriam que suportar "longos depoimentos em estado bruto de mulheres da periferia urbana". Esta alusão às "mulheres da periferia" reporta essencialmente a uma prática da Antropologia que, ao construir o discurso da alteridade, só perceberia como legítimas as pesquisas que contivessem uma certa "mão invisível" da sabedoria popular - o "outro" em nossa sociedade -, daí a provocação no sentido da extensão desses "depoimentos". O exemplo não é de todo infundado, pois, como já apontou antes dele uma respeitável antropóloga, "a antropologia sempre demonstrou especial interesse pelas minorias despossuídas e dominadas de todos os tipos (índios, negros, camponeses, favelados, desviantes e 'pobres' em geral) em detrimento do estudo dos grupos ou classes politicamente dominantes e atuantes. Quanto aos temas, sempre revelou uma afinidade particular por aqueles que eram claramente periféricos à grande arena das lutas políticas: dedicou-se muito mais ao estudo da família, da religião, do folclore, da medicina popular, das festas do que à análise do Estado, dos partidos políticos, dos movimentos sindicais, das relações de classe, do desenvolvimento econômico" (Durham, 1988, p.18).

De certa maneira, esse recorte desprivilegiou a Antropologia no tocante às grandes instituições e aos grupos sociais ditos hegemônicos. Essa constatação não é minha nem é nova; reforçando-a, já foi dito também que, quando esses grupos aparecem em trabalhos etnográficos, eles o fazem de uma maneira peculiar: "Usualmente, os poderosos e os ricos são considerados como referência em relação à qual a resistência se estrutura e, de qualquer modo, costumam ser o lado fraco da análise, aquilo que deve existir, mas que não se estuda em detalhes. Os ricos e poderosos constituem, assim, um 'outro' genérico que é necessário para explicar a resistência, mas ao qual geralmente não é permitida a representação" (Caldeira, 1989, p. 37).

Certamente, para o cientista político, que vê todo processo social necessariamente ligado a uma cadeia de relações que passa pelo Estado, o enfoque baseado na alteridade só pode ressaltar os tais "longos depoimentos...", em detrimento de uma teoria que "explique" o objeto. E é justamente na relação entre teoria e pesquisa que nasce da alteridade, que Peirano se arma para rebater tal crítica, quando ela retoma autores "clássicos", como Malinowski, para enfatizar a característica dialética do conhecimento antropológico, como resultado de um confronto com o conhecimento "nativo". Seria esse, basicamente, o momento em que essa disciplina se diferencia radicalmente da Ciência Política, com uma tendência mais generalizante e voltada para a análise conjuntural.

Contudo, é notório que, em grande parte das teses e monografias em Antropologia que vemos, há a tal da "mulher da periferia...", que permanece como "cânone" da disciplina, garantido pelas "áreas de interesse" colocadas nos programas de seleção de Pós-Graduação em Antropologia de todo o País. De fato, se pensarmos, junto com Peirano, que a chamada "autocrítica" da disciplina num dado momento assumiu um papel que se destacou mais do que as próprias pesquisas, chega-se à conclusão que ou Reis tem razão ou a Antropologia tem mais "dilemas" - para utilizar a expressão de Montero (1991) - do que saídas.

É na tentativa de colaborar nesse diálogo entre as disciplinas irmãs que, neste artigo, pretendo narrar parte de uma trajetória de pesquisa com um objeto incomum para os antropólogos - o Exército brasileiro. Pretendo, contando brevemente essa história, mostrar como com os velhos instrumentos do estilo "*A Aventura Antropológica*" foi possível ter uma nova visão sobre esse objeto que é de longa data de domínio da Ciência Política, o que favoreceu uma visão hegemônica e, em certa medida, compartilhada pela literatura acadêmica que lida com esse assunto.

Assim, temos como idéia principal levantar algumas questões que surgiram a partir da experiência de pesquisa de campo realizada no Exército brasileiro, entre 1992 e 1994. Na dissertação de mestrado que resultou dessa pesquisa (Leirner, 1995), procurei mostrar como uma trajetória de pesquisa levou à idéia da hierarquia como "fato social total" da vida militar - um elemento que põe em dinâmica múltiplos aspectos da vida do grupo. Agora, pretendo discutir brevemente como o exercício etnográfico com o Exército pôde trazer elementos diversos daqueles que a Ciência Política toma como legítimos quando analisa militares, elementos esses que dizem respeito às categorias nativas empregadas no uso cotidiano de militares e sua relação com a organização social desse grupo.

Não é surpresa o fato de a quase totalidade dos trabalhos acadêmicos que têm o Exército como objeto de análise se concentrarem na área da Ciência Política, (3) disciplina que, a rigor, não tem a pesquisa de campo como procedimento usual - ao menos o tipo de pesquisa a que estamos acostumados em Antropologia, com observação participante. Daí nossa intenção de evidenciar alguns pontos dessa experiência, especialmente em relação ao que poderíamos chamar de "conteúdo político" do exercício etnográfico.

O Exército é uma instituição nacional e permanente, um poder público, que possui em seus efetivos aproximadamente 180.000 indivíduos sob uma rígida cadeia disciplinar, além de um corpo de reservistas. Entre esses indivíduos, porém, há uma parcela em cuja auto-imagem há a visão de que apenas eles são militares "de fato": os militares de carreira, que representam hoje aproximadamente metade do efetivo acima, (4) excluindo dessa parcela tanto aqueles que se encontram na condição transitória do recrutamento imposto pelo serviço militar obrigatório quanto os que pertencem ao corpo da reserva. (5) Nessa construção, portanto, o militar "legítimo" - que até mesmo usufrui dessa condição - é aquele consagrado por uma carreira que tem como trajetória única o pertencimento a uma cadeia de comando-obediência pela qual cada indivíduo tem o direito de realizar uma escalada hierárquica. Vale ressaltar que esse direito é conferido somente aos que estão nessa carreira, não incluindo, portanto, os soldados recrutados anualmente pelo serviço militar obrigatório.

Nesse quadro, esses militares acabam realizando a construção de uma espécie de grade classificatória em que a categoria *militar* aparece de forma restritiva e hierarquizada, dependendo da situação em que ela é exigida: entre os próprios oficiais de carreira, há aqueles que se definem por estar numa arma (infantaria, cavalaria, intendência etc.) mais militares oposição a uma menos *militar* ou mais *técnica* (Castro, 1990, p. 102); ainda entre oficiais, entre aqueles que se situam melhor na escala hierárquica e aqueles piores situados, (6) tendo os primeiros mais *vocação militar* que os últimos; entre oficiais e praças, os primeiros se consideram mais *militares* que os últimos, especialmente os últimos da cadeia de comando, os recrutas (Costa, 1985); entre as três forças, um oficial do Exército se considera mais *militar* que um da Aeronáutica, por exemplo; entre os chamados *militares da ativa* e os reservistas; e, finalmente, entre os que se consideram como *militares*, reconhecendo-se como um grupo distinto do resto da sociedade, e *os paisanos* - como bem apontou Castro (1990). Encontramos, desse modo, uma situação análoga a que Evans-Pritchard descreveu como a formação de segmentos políticos entre os nuer:

Uma característica de qualquer grupo político é, conseqüentemente, sua invariável tendência para divisões e oposição de seus segmentos, e outra característica é a sua tendência para a fusão com outros grupos de sua própria ordem em oposição a segmentos políticos maiores do que o próprio grupo. Os valores políticos, portanto, estão sempre em conflito, falando-se em termos de estrutura. Um valor vincula uma pessoa a seu grupo e um outro a um segmento do grupo em oposição a outros segmentos do mesmo, e o valor que controla suas ações é uma função da situação social em que a pessoa se encontra. Pois uma pessoa vê a si mesma como membro de um grupo apenas em oposição a outros grupos, e vê um membro de outro grupo como membro de uma unidade social, por mais que esta esteja fragmentada em segmentos opostos (Evans-Pritchard, 1978, p. 149).

Durante a pesquisa, como veremos, ocorreram situações que demonstraram simultaneamente essa clivagem interna e uma generalização do mundo exterior (análogas ao modelo nuer). Além disso, foi possível observar características peculiares à organização militar que remetiam à idéia de que a cadeia de comando constitui-se em um bloco único, pelas características intrínsecas da disciplina militar, mas que, ao mesmo tempo, dentro dela, ocorre uma segmentação em múltiplos planos que confere significados diversos frente à situações determinadas. Foi esta ambiguidade que nos permitiu ao mesmo tempo reconstituir um único "ponto de vista militar" e distinguir diferentes níveis de discursos e práticas dentro da corporação, mostrando que a maneira de classificar as coisas passa pelo princípio organizacional dos que se consideram os militares. A partir disso, pretendemos mostrar como a trajetória etnográfica caminhou nesse universo classificatório, e, assim, começar a desenhar o diálogo proposto em relação à Ciência Política.

A pesquisa de campo

O trabalho de campo começou em março de 1992, com um primeiro contato com um militar - um general da reserva - que então trabalhava no *Instituto Liberal*, um complexo de escritórios sediado em São Paulo, cujas atividades somente viria a entender um pouco depois. Esse começo, porém, é a chave para entender toda a trajetória de pesquisa.

Minha familiaridade com militares era praticamente nula na época; não tinha conhecidos ou parentes que facilitassem uma entrada na instituição. Havia, sim, um projeto de pesquisa pelo qual me propunha a "observar como um militar" a questão amazônica, a partir principalmente de uma ida a campo ao *Projeto Calha Norte*. Não é preciso tecer grandes considerações sobre o interesse que grande parte dos antropólogos têm em questões que envolvem o *Calha Norte*, de um lado; de outro, havia a suposição, por nossa parte, de que um trabalho assim despertaria, apesar de uma série de desconfianças, o interesse do Exército que, afinal, há algum tempo já se manifestava publicamente a respeito da *questão amazônica* e que aqui teria a oportunidade de fazê-lo mais um pouco - e para um público "rival". Assim, caminhávamos no sentido de realizar um intercâmbio entre duas instituições *públicas*, a respeito de uma questão controversa, porém também pública em seu enunciado, como *questão nacional* que era.

Esses eram os argumentos para que, a partir de um único contato através de minha orientadora, (7) abordasse o Exército. Esse contato era justamente o general acima referido que, através do *Instituto Liberal*, já havia feito alguns convites para ela proferir aulas e palestras para militares no Rio de Janeiro. O fato desse general me receber também significava uma retribuição a essas aulas. E foi com aquele projeto e com esse "contra-dom" que fui ao *Instituto*. É possível dizer que o que mais se aproxima da imagem desse local é a de um escritório de *lobbies*, porém ele escapava ainda a essa definição. Até onde pude perceber, sua função básica era a articulação de setores "representativos" de nossa sociedade, na tentativa de estabelecer o que, em linguagem gramsciana, poderíamos chamar de uma "classe dirigente", ou o que posteriormente alguns cientistas políticos, ao se referirem à articulação que

resultou no movimento de 64, chamaram de "elite orgânica" (Dreifuss, 1987). Mas, longe de querer chegar a resultados como "64", o *Instituto* teria como principal meta formular um "projeto para o Brasil", nas palavras de um outro ex-membro seu, que eu viria a conhecer posteriormente. Por sinal, nesse sentido, "intelectuais universitários" acabavam por merecer um peso importante.

Foi nessa configuração que fui levado, alguns dias depois da visita ao referido general, à ECEME - Escola de Comando e Estado Maior do Exército -, (8) sem saber o que me esperava lá. A ECENIE, como escola de preparação para o comando, constitui-se no principal passo para o oficial que pretenda um dia chegar ao generalato avançar na hierarquia. Para ingressar em seu curso é necessário passar por uma rigorosa triagem, que inclui, além de testes escritos, psicológicos e físicos, o fato de já ter cumprido algumas etapas na escala hierárquica, devendo estar o candidato no posto de major. Um oficial, para se tornar general, necessariamente tem de passar pela ECEME. Ela acaba, portanto, servindo como um filtro institucional que, na seleção de alguns membros - o que implica a exclusão de outros -, acaba determinando a formação de uma "cúpula" de oficiais que têm a possibilidade de chegar ao generalato. (9) Pertencem, portanto, a essa Escola, uma parte do Exército - se não a sua própria "elite dirigente", pelo menos aquela elite que potencialmente será "dirigente" do Exército em alguns anos. Então, podemos nos perguntar (a) por que um pesquisador civil foi designado a comparecer neste local; e (b) como em suas atividades pode se incluir essa visita.

Creemos que a primeira resposta passa necessariamente pelo *Instituto Liberal* e suas atividades. Parece aí haver uma certa compatibilidade da noção de "elite" que tanto o instituto quanto o Exército articulam em suas representações da sociedade e de si próprios. Vale dizer que não somente este pesquisador, mas alguns professores universitários - que talvez nessa concepção também façam parte de uma "elite" - foram à ECEME via *Instituto Liberal*. Diria que para este último, portanto, a ECEME estava sendo considerada como uma parte da *elite* - a parte do Exército - capaz de estabelecer uma ligação com outras *elites* sociais. Mesmo assim, essa resposta é insuficiente se não pensarmos em sua contrapartida, que contemple a resposta de (b), que é, para o Exército, uma instituição burocratizada e departamentalizada em que idealmente os setores funcionariam organicamente, o que a ECEME representa em relação a este tipo de atividade.

Em relação à maneira pela qual o Exército se organiza, devemos pensar na designação viesse local a partir da natureza das atividades institucionais que exerce - é um curso, e portanto está ligado com a educação de seus membros ou, se formos mais longe numa concepção gramsciana, com a formação de uma *visão de mundo* consoante com a realidade militar. Vale lembrar, no caso, estamos falando em *designação*, porque se trata de uma corporação disciplinada, em que, portanto, há pouco espaço para que, de um lado, em qualquer unidade específica, como a ECEME, possam se desenvolver ao acaso atividades sistemáticas, aleatória e espontaneamente, e, de outro lado, possam haver outras unidades que executem a mesma, função - como pode ocorrer em outros contextos encontrados em qualquer pesquisa de campo. Nossa hipótese de que a ECEME também cumpre esse papel de ligação com as *elites* para o Exército está no fato de que sua função educativa se coaduna com influxos externos à instituição, ou seja, aproveita "a *visão da sociedade*" - termos empregados por um general que mediava a fala de um professor em um debate a que lá presenciei - como ocasião para executar uma constante reavaliação da doutrina do Exército. Esses influxos exógenos, relidos sob a ótica militar, produzem, como resultado final, avaliações da realidade que são aproveitadas no conjunto doutrinário, (10) sendo aplicadas nas disciplinas ministradas no curso, (11) que, no fim das contas, são o instrumento mais legítimo de transmissão da "visão oficial do Exército". Some-se a tudo isso o fato de que lá se forma, conforme muitos oficiais dizem, uma *elite* - portanto, um conceito que também faz parte da concepção nativa -, e ver-se-á então que as atividades da ECEME comprovam a existência de um contato *intra-elites*, tal qual era realizado pelo *Instituto Liberal*. Essas são, vamos assim dizer, algumas das razões "oficiais" ou institucionais que levam à ECEME esse tipo de atividade. Deste ponto de vista, a Escola é própria para "articular", pois oferece uma "brecha" para reavaliação e construção de "visões de mundo".

A confirmação desta história, porém, está em uma outra, que a acompanha lado a lado, construída em padrões informais de conduta que puderam ser percebidos a partir do exercício da observação participante. Nas entrelinhas dos discursos formais que pude ver em várias idas à ECEME, ficou claro que os eventuais *paisanos* que estavam presentes em palestras, aulas ou reuniões, eram designados como "*autoridades...*"; "*ilustres...*" ou "*importantes...*"; seja lá o que fossem, professores, empresários ou políticos. Vale ressaltar que *paisanos* eram minoria absoluta: um, dois ou três, contando comigo, no meio de uma centena de militares. Curiosamente, em relação a minha pessoa, ouvi *sempre* que

era "um jovem aluno..." que estava lá "estreitando os laços" entre o Exército e a "Universidade" caminho necessário para se chegar a um "projeto para o Brasil".

Começando por essa idéia de "Universidade, ouvi-a várias vezes ser repetida em contextos diversos, desde aquele aplicado acima até idéias como "temos oficiais *na Universidade*", ou "a Universidade e o Exército..." ou, ainda, "divulgar o pensamento militar na Universidade", mostrando sobretudo uma noção idealizada de que a Universidade é uma instituição senão única, ao menos uníssona. Ainda que se soubesse que há muitas universidades pelo Brasil, não havia a concepção de que elas têm uma natureza competitiva. Isso ficava mais claro ainda quando se falava na "necessidade da presença do pensamento militar na *Universidade*" como etapa para se chegar a "um projeto nacional". Havia, como é mostrado repetidamente em discursos da doutrina militar dirigidos à tropa e aos paisanos (cf. Ferreira, 1988, p. 35; Castro, 1990, p. 128; EME, 1972, p. 1064), (12) uma noção de que a "sociedade", e por decorrência a universidade, constituía-se em um "amontoado de arquipélagos fragmentados" e que ao Exército, "a verdadeira ossatura da nacionalidade", caberia a missão de "aglutiná-los". Mas, o que para nós se constituiu no fator mais importante dessas idéias em relação à universidade, era a crença de que seus membros, incluindo-se a mim, estivessem falando do ponto de vista "da *Universidade*" e não talvez do seu próprio ponto de vista. Esse fato revela uma leitura militar extremamente sociocentrada do meio acadêmico, provavelmente espelhada numa realidade disciplinar que dita as regras da relação indivíduo-grupo (instituição). Só assim se poderia crer, em primeiro lugar, que "um jovem aluno"; qualquer que fosse, de alguma maneira representasse essa outra instituição, e, em segundo, que esta outra instituição também fosse capaz de conjuntamente formular um projeto para o Brasil. E por que a *Universidade*?

Seguindo a trajetória de pesquisa, essa visão espelhada justificaria o fato de o Exército, através de seu comando, após a indicação feita pelo já citado general, ter mantido firme o propósito de me permitir levar a pesquisa adiante - talvez por acreditar ser a *Universidade*, pela sua característica hierárquica e em certa medida disciplinar, seu espelho mais próximo no universo *paisano*, sendo, portanto, uma instituição que reuniria condições formais para se construir um caminho ou "projeto" comum.

Estava assim este "jovem aluno da *Universidade*" diante de um duplo papel imposto por essas categorias definidoras: o de aprendiz e o de contato sistemático na *Universidade*. A junção desses papéis parece-me clara: alguém que vai passar para a *Universidade* uma "verdadeira visão de mundo", um papel político que realiza em micro-escala o grande projeto de articulação nacional que era realizado entre o Exército e o *Instituto Liberal e* provavelmente muitas outras instituições afóra. Talvez a prova mais substancial desse padrão relacional que foi construído com a própria pesquisa tenha se dado em duas ocasiões em que fui publicamente nomeado.

Uma primeira, fora do ambiente militar, num encontro ocorrido nas dependências do NAIPE na USP. Nesse encontro, alguns oficiais vieram representando o CPEAEx/ECEME e basicamente se tratou de falar sobre as possibilidades de um "estreitamento de laços": Ali, fui citado por um desses oficiais como um "velho *amigo* nosso". Cabe esclarecer que "amigo" não é força de expressão entre oficiais. Pelo contrário, a expressão "amigo do *Exército*" designa um possível aliado, do mesmo modo que o seu oposto vale para "inimigo": Ora, basta lembrar que essa é uma forma de linguagem derivada das análises realizadas em grande escala para definir outros exércitos ou nações, aqui adaptada para situações particulares. A outra ocasião deu-se no ambiente do próprio CPEAEx, durante uma palestra, na qual minha presença - apesar de evidente, pois era o único paisano da platéia - foi anunciada pelo mediador, como a de "um conhecido nosso, que inclusive já foi orientado por um colega num micro-projeto". Estava aqui claramente, então, diante do papel de aprendiz. Creio que essas duas ocasiões, dado seu caráter "publicizado", para "dentro" e para "fora" do Exército, revelam se não um paradigma, ao menos uma certa configuração pela qual o caminho da pesquisa foi traçado pela própria instituição militar.

Para além do conteúdo específico das expressões, o que se revela através desse padrão - não somente terminológico, mas de uma conduta aplicada a certos tipos de situações em que se vê claramente um "cortejamento" entre dois grupos distantes que, sobretudo, é realizado em nome de princípios maiores como um "projeto para o Brasil" - é a idéia de que há uma certa "estrutura" sobre a qual se alicerça uma configuração política capaz de dar conta desde a micro-escala das relações pessoais até relações interinstitucionais. A falta de discernimento entre uma

escala institucional e uma relação pessoal sugere-nos a hipótese de que a política funciona como uma espécie de "cabeçalho" comum que faz a passagem entre múltiplos níveis de relações no Exército. Isso se evidenciou mais ainda quando houve uma conjugação entre o papel de *aprendiz* e a função de *contato* com outra instituição. Essa ambigüidade de papéis talvez tenha adquirido essa forma precisa pelo fato de o meu projeto inicial de pesquisa estar tocando numa questão política então crucial: a questão *amazônica*, na época da Eco '92. O curioso ou peculiar, porém, é que a proposta metodológica desse projeto, ir ao *Calha Norte* e tentar "observar como um nativo", foi lida como "fazer um trabalho político", para então realizar a construção de uma visão de mundo que ia dos altos escalões da ECEME à *Universidade*, passando pela intermediação de uma pesquisa que a legitimasse no meio acadêmico.

Isso, na nossa hipótese, foi causado pelo que podemos chamar de um "olhar espelhado", no qual se via a *Universidade* como instituição homóloga no mundo paísano, compatível portanto com aquele "cabeçalho" comum. Ora, somente com esse tipo de aproximação - aqui pensada através da reelaboração do olhar nativo -, em que se enxerga uma estrutura semelhante, é que foi possível estabelecer esse ideal de organicidade entre duas instituições de funções diferenciadas e, assim, também equalizar num mesmo patamar relações pessoais e institucionais: assim é que pude me tornar uma espécie de "representante" da *Universidade*.

Finalmente, a contraprova necessária para confirmar essa hipótese ocorreu a partir de meados de 1993, com a concomitância de dois fatores que mudaram o padrão relacional até então existente.

O primeiro fator foi a presença de Celso Castro, antropólogo do Museu Nacional (RJ) que estudou a Academia Militar das Agulhas Negras (Castro, 1990), numa palestra no CPEAEx, em que ele relatou uma série de elementos da "experiência nativa" dos militares captados segundo uma perspectiva antropológica. A par dos detalhes desse encontro, **(13)** o que nos interessa reter aqui é que, a partir dele, os militares com os quais eu estava em contato tiveram uma outra visão do que é uma pesquisa antropológica: muito mais voltada, vamos dizer assim, para "usos e costumes", do que para "aspectos políticos". Somando-se a isso, um segundo fator - uma aproximação sistemática do CPEAEx com o NAIPE/USP - levou a uma certa perda de interesse na viabilização do meu projeto inicial de ir ao *Calha Norte*, que, até então, asseguravam-me estava sendo encaminhado. E não somente do projeto inicial; a pesquisa em si não mais encontrou respaldo da parte do Exército, e os contatos passaram a ser feitos praticamente de forma unilateral, **(14)** partindo sempre do pesquisador. Vale reforçar, então, que, em primeiro lugar, uma pesquisa antropológica fugia do padrão "político" de falar "contra" o Exército ou "a favor" dele; e, em segundo, que, aos olhos dos nativos, o pesquisador também fugia a esse padrão, por não estar relacionado ao NAIPE, que, afinal de contas, também faz parte da *Universidade* (e, sobretudo, da mesma universidade). Por sinal, várias vezes fui indagado por oficiais por que não trabalhava junto a esse Núcleo, o que do ponto de vista militar poderia parecer como uma espécie de "insubordinação".

Essa possível evidência de "insubordinação" espelha-se no claro sinal de que não havia uma chancela institucional para oficiais "patrocinarem" a *pesquisa*, embora pessoalmente sempre contasse com grande receptividade por parte deles. De outro modo, com oficiais da reserva podia-se ver, além da receptividade, uma real disposição em colaborar com a pesquisa: não somente em deixar registros e depoimentos, como também em dispor de sua influência para fazer tentativas de viabilizar o projeto inicial.

Essa "negativa" - que, aliás, foi um processo longo, perdurando até 1994 -, ao contrário do que pudesse parecer, posteriormente levou a conclusões inusitadas, pois percebeu-se que ela era uma contrapartida realmente "antropológica" da conduta militar, dando uma "radiografia" de como a instituição filtra suas relações com o mundo externo, a partir da maneira como ela classifica suas relações em seu mundo interno.

Isso porque, de um lado, foi possível perceber, associando o "silêncio" de uns com o "discurso" de outros - respectivamente os da "ativa" e os da "reserva" -, que as determinações institucionais recaíam (a) apenas sobre os que estão na cadeia de comando-obediência; e (b) sobre os indivíduos pertencentes a esta cadeia. De outro lado, percebeu-se, também, pela natureza política das atribuições que se imputavam a uma relação que, além de institucional, era, em grande parte, pessoal, que, além da carga da instituição que o indivíduo traz consigo, também a instituição carrega consigo a carga da idéia de indivíduo como elemento capaz de representar a instituição.

Foi possível ver, então, que o indivíduo militar, em certa medida, responde pela instituição militar, pois ele se

vê, e também assim a coletividade vê a cada um, como um elo único de uma cadeia hierárquica pela qual todos respondem, cada qual em sua posição. Pois a hierarquia, além de classificar indivíduos em patentes, funções burocráticas, locais de serviço, também os divide, um a um, numa cadeia de comando-obediência, na qual cada um tem seu lugar, e portanto os elos institucionais respondem a esse princípio coletivo de individualização de *status* e responsabilidade num papel social próprio a cada um, mas que só existe como parte complementar de um todo. Nessa medida é que o militar, e, podemos dizer, o Exército, vê qualquer indivíduo como parte correspondente a uma instituição, compatibilizando o pesquisador com a *Universidade* e a atividade de pesquisa com o *estreitamento de laços*. Nesse caso, pelo tipo de organização social a que ele está ancorado, o militar acabou filtrando as relações interpessoais como relações interinstitucionais e, portanto, dando um sentido político à sua conduta, pois o padrão relacional entre instituições indubitavelmente se dá no âmbito da "grande política", num sentido gramsciano.

Todo esse caminho levou a um duplo aprendizado: o primeiro é que o silêncio também pode ser revelador, desde que antes já se tenha percorrido algum tipo de caminho; o segundo é que, em casos como esse, os "velhos" instrumentos de pesquisa, como a observação participante, ainda têm muito a oferecer. É isso que queremos brevemente levantar agora.

Conclusões

"Novos temas, velhas reflexões". Parece que o título que Montes (1983) deu ao capítulo conclusivo de sua tese é apropriado para o atual contexto. Não falo somente pelo fato de ser uma tese de Ciência Política e Antropologia ao mesmo tempo, mas, principalmente, pelo que tem a dizer a respeito dos dois universos. Voltemos ao nosso caso.

Como foi dito inicialmente, coube à Ciência Política a quase totalidade das interpretações a respeito do que são, como são e qual o papel dos militares no Brasil. Ora, não é à toa que coube à Ciência Política essa visão "privilegiada", pois o Exército sempre apresentou o que pode ser entendido como um comportamento de ator "político", aqui novamente entendido no sentido gramsciano da "grande política", como grupo que, volta e meia em nossa história, se destaca de seu papel de parte da "coisa pública" para manifestar um comportamento próprio, com interesses e visão de mundo próprios. Admite-se, no entanto, que os militares, justamente como grupo, são "estranhos" ao mundo civil, fato geralmente ressaltado em prefácios ou introduções de publicações da área. A Ciência Política, com seu olhar voltado ao horizonte dos processos institucionais, tende a captar aguçadamente o que podemos chamar de uma "face pública" da corporação, ou, como poderíamos dizer melhor, a face que aparece nos grandes processos sociais. Assim, por exemplo, podemos ver uma absoluta concentração de trabalhos relativos aos períodos chamados de "intervenção militar" na vida pública.

A par do mérito indiscutível desses trabalhos, o que nos perguntamos é se esses períodos são suficientes (a) para entender a natureza da corporação *stricto sensu*; e (b) para entender o comportamento da corporação como um todo, mesmo nesses períodos. O que queremos dizer, em outras palavras, é que os regimes militares não são suficientes para entender os militares, o que não significa, até, que eles não são bons para entender o país em que estamos.

Vale a pena ressaltar que não tomamos a etnografia como um método universal e indispensável em qualquer caso. Não pode ser aplicada em qualquer situação, mas, de todo modo, é bom tê-la em mente quando se trata de militares, pois ao menos ela é capaz de informar quem são os militares que falam e que nem todos militares são iguais. **(15)** Se não, poderíamos nos contentar em publicar "informações reveladoras de bastidores" à medida que algum general da reserva viesse, finalmente, revelá-las e assim tomar tal como o discurso militar.

Por falar em general da reserva, eis uma das lições que podemos tirar dessa etnografia: a de que o dito general está "liberado" para falar, pois não se insere mais naquela cadeia hierárquica. Por isso mesmo é que devemos olhar com ressalvas falas oriundas do Clube Militar e estar cientes de que elas não refletem o olhar da instituição. Como pessoa, o general não mais está inserido num circuito de responsabilidade que, ao mesmo tempo, o coloque como parte da corporação e a corporação "em operação" como parte dele. Desse modo, ele não está mais na política do Exército, mas sim na política de uma nova corporação em que ele agora se encaixa - a dos oficiais da reserva -, que usa o Exército ou o "ser militar" como estratégia discursiva. **(16)**

Essa é uma das muitas conclusões a que podemos chegar investigando a natureza dos militares por meio da

observação participante. Em relação à Ciência Política, cremos, esse é o tipo de olhar que pode auxiliá-la na precisão do recorte quando se fala de militares. Não é eficaz, sabemos, para saber a relação que o Estado ou as outras instituições políticas têm com a "grande política" a ponto de suscitar fenômenos como o da "intervenção"; mas, de outro modo, é eficaz. Para saber o porquê de alguns procedimentos da caserna mesmo durante a intervenção, como, por exemplo, por que se passava os futuros presidentes da República para a reserva ou, ainda, quão verossímeis em relação à conduta da corporação são alguns depoimentos de militares. Nesse sentido, podemos afirmar que a acusação de Wanderley Reis não procede, pois, no mínimo, uma etnografia, além de depoimentos, pode captar uma conduta relacionada *stricto sensu* à estrutura social de um grupo, estrutura essa que somente um procedimento antropológico pode captar.

Mesmo em casos como o nosso, note-se, somente o procedimento etnográfico pôde oferecer saídas que, do contrário, poderiam parecer não existir; pois, perguntamos, o que aconteceria a um cientista político se, de repente, o acesso a seus dados fosse negado por quem os detém com exclusividade? Cremos que o resultado seria a impossibilidade de chegar a quaisquer conclusões. Esse olhar que oferece o confronto entre discurso e conduta, representação e ação - o osso, carne e espírito malinowskianos -, nesse caso, nos permitiu pensar, inclusive, no significado do silêncio.

Finalmente, em relação à Antropologia, podemos reforçar a idéia de Peirano de que os objetos não estão esgotados. Novos atores aparecem em cena, demandando pela velha "*Aventura Antropológica*"; afinal, são eles a fonte de nosso conhecimento. "Outros povos, outros costumes" (Sahlins, 1990); "novos temas, velhas reflexões" (Montes, 1983).

NOTAS

(*) - Trabalho originalmente apresentado no GT "Forças Armadas, Estado e Sociedade". ANPOCS, 1996.

1. Alusão à coletânea de igual nome, organizada por Ruth Cardoso e publicada pela Paz e Terra, em 1988.

2. No Brasil. Esse movimento foi anterior e iniciou-se nos Estados Unidos, com seus embriões ainda em fins da década de 70. Foi em 1984, com a publicação de "O Anti-Anti Relativismo" (1988, ed. bras), de Geertz, que o movimento se concretizou ou se espelhou como tal. Boas leituras a respeito estão na própria Peirano (1995) e em Caldeira (1988; 1989).

3. A única exceção a essa regra de que temos conhecimento é Castro (1990).

4. Há um projeto do Exército que vem sendo desenvolvido desde 1995 para tentar chegar ao ano 2000 com um índice de 80% de militares de carreira.

5. O corpo de reserva é formado por (a) "militares da reserva remunerada", ou seja, militares de carreira aposentados; e (b) os "demais cidadãos em condições de convocação ou de mobilização para a ativa" (Estatuto dos Militares, Art. 42, § 1º). Note-se que os chamados conscritos, recrutas do serviço obrigatório, quando passam para a reserva não entram para a categoria da reserva remunerada, sendo colorados na condição de (b) "demais cidadãos...".

6. "Melhor situado" não representa necessariamente estar acima na cadeia de comando, mas sim estar com uma possibilidade estrutural de em algum momento se situar no topo dela, enquanto "pior situado" representa estar numa posição em que provavelmente o indivíduo não chegará ao topo da cadeia de comando (especificamente ao generalato), ainda que ele possa se situar, num dado momento, "acima" do primeiro. Os detalhes desse arranjo estão descritos em Leimer (1995).

7. Maria Lúcia Montes. Aproveito a menção a ela para agradecer novamente sua atuação como protagonista dessa história.

8. Localizada na Praia Vermelha, na cidade do Rio de Janeiro.

9. Cf. nota 8.

10. Vale lembrar que já foi dito que "os oficiais concluintes do curso de estado-maior funcionam concomitantemente como reformuladores de doutrina e 'caixas de ressonância' na propagação da mentalidade militar, pois na qualidade de chefes qualificados exercem considerável influência em instituições hierarquizadas" (Soares, 1994, p. 15).

11. São elas: Serviços de Estado-Maior, Segurança Interna; Administração Militar; História Militar; Direito; Apoio Administrativo; Idiomas; Operações de Brigada; Mobilização; Estratégia; Política; Sociologia; Economia; Ciência e Tecnologia; Operações de Divisão de Exército; Exército de Campanha (Soares, 1994, p. 15).

12. Esses discursos encontram-se em diversos lugares, como publicações, ordens-do-dia da tropa, palestras de militares, e, também, afixados em cartazes de várias unidades militares pelo país, entre elas a ECEME, juntamente com outras frases de impacto e palavras de ordem. Para ver detalhes dessas frases, classificadas nas escolas militares como *pensamento mnemônico*, ver Leirner (1995, pp. 52-4).
13. Núcleo de Análise Interdisciplinar de Políticas e Estratégias, do Departamento de Ciência Política da USP, coordenado por Bráz José de Araújo.
14. Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, um curso da ECEME, mas não mais de *comando*, e sim um curso preparatório para exercer o generalato. Instituído em 1980, o CPEAEx é integrado por aproximadamente 30 coronéis que, em micro-escala, mas com muito mais intensidade, realizam atividades semelhantes às do Curso de Comando da ECEhE, tais como palestras, debates, atividades disciplinares e contatos regulares com *autoridades civis*. Ele se constitui assim numa "elite" da "elite" do Exército.
15. Que estão devidamente narrados no Capítulo I de Leirner (1995).
16. Embora sempre que eram feitos obtivessem a maior consideração por parte dos interlocutores.
17. Como bons exemplos, ver Oliveira (1994); Mathias (.1995); Coelho (1990).
18. Vale a pena dizer que não apenas os etnógrafos podem ter essa percepção. Podemos citar Costa, 1985, como um exemplo de trabalho que levou em conta esse tipo de idéia, embora ela seja colocada em um segundo plano de análise, servindo apenas de apoio para a discussão de eventos históricos. Corporação que também é utilizada pelo Exército em um sentido político, mas, cujos membros, agora, falam de um outro lugar que não aquele da sua cadeia de comando, o que implica falar de dois atores mutuamente reconhecidos como distintos. A esta regra de que temos conhecimento é Castro (1990).

BIBLIOGRAFIA

- CALDEIRA, Tereza P. (1988), "A presença do autor e a pós-modernidade em Antropologia". *Novos estudos Cebrap*, 21.
- CALDEIRA, Tereza P. (1989), "Antropologia e poder: uma resenha de etnografias americanas recentes". *BIB*, 27.
- CARDOSO, Ruth C. L. (or8.). (1988), *A aventura antropológica*. São Paulo, Paz e Terra.
- CASTRO, Celso. (1990), *O espírito militar: um estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- COELHO, Edmundo Campos. (1990), "A Instituição Militar no Brasil: Um Ensaio Bibliográfico". *BIB: O que se deve ler em Ciências Sociais no Brasil*, 3, 15-19: 335-59.
- COSTA, Vanda Ribeiro. (1985), "Com rancor e com afeto: rebeliões militares na década de 30", *Ciências Sociais Hoje*.
- DREIFUSS, René A. (1987), *1964: a conquista do Estado. Ação, política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes.
- DURHAM, Eunice R. (1988), "A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas", in R. C. L. Cardoso (org.), *A aventura antropológica*. São Paulo, Paz e Terra.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. (1972), *História do Exército Brasileiro*. Brasília, Ministério do Exército.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. (1978), *Os Nuer*. São Paulo, Perspectiva.
- FERREIRA, Oliveiros S. (1988), *Forças Armadas para quê?* São Paulo, GRD.
- GEERTZ, Clifford. (1988), "O anti-anti relativismo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 3, 8: 5-19.
- LEIRNER, Piero C. (1995), *Meia-volta, volver a um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Dissertação de mestrado, Departamento de Antropologia/ USP, mimeo.
- MATHIAS, Suzeley K. (1995), *Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)*. Campinas, Papyrus.

- MONTERO, Paula. (1991), "Reflexões sobre uma Antropologia das sociedades complexas". *Revista de Antropologia*, 34.
- MONTES, Maria Lucia A. (1983), *Lazer e ideologia: a representação do social e do político na cultura popular*. São Paulo, USP, mimeo.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. (1994), *De Geisel a Collor- forças armadas, transição e democracia*. Campinas, Papirus.
- PEIRANO, Mariza. (1995), *A faraorda etnografia*. Rio de janeiro, Relume-Dumará.
- SAHLINS, Marshall. (1990), *Ilhas de História*. Rio de janeiro, Jorge Zahar Editor.
- SOARES, Samuel A. (1994), *Militares e pensamento político: análise de monografias da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (1965-1993)*. Dissertação de mestrado. Departamento de Ciência Política, USP, mimeo.
- STOCKING Jr., George W. (1983), *Observers observed*. Madison, The University of Wisconsin Press.